



REQUERIMENTO nº _____/2026

Requer o envio de ofício ao Instituto ACCESS e à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), solicitando informações detalhadas e cópia das atas de todos os locais de prova acerca de fatos ocorridos durante a aplicação do concurso público realizado no município de Uruguaiana em 01 de fevereiro de 2025, bem como requer o acompanhamento do caso pelo Ministério Público Federal.

Documento _____

Senhor Presidente,

A Vereadora Manoela Couto , vem respeitosamente, com base no que preceitua o art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa REQUERER que, após aprovado pelo duto Plenário, seja enviada correspondência ao encaminhado **ofício ao Instituto ACCESS e à Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA**, para que prestem informações detalhadas e esclarecimentos formais acerca dos fatos ocorridos durante a aplicação das provas do concurso público para diversos cargos, realizado no município de Uruguaiana, no dia 01 de fevereiro de 2025.

1. Requer, especificamente, que sejam esclarecidos:
 - I – Os motivos e circunstâncias que levaram à impressão de provas no momento da aplicação do certame em alguns locais de provas;
 - II – As falhas relatadas na distribuição das provas, incluindo erros na entrega de cadernos, trocas indevidas, inconsistências de conteúdo e divergências entre provas e cargos;
 - III – A existência de registros formais de ocorrências e reclamações, apontadas pelos candidatos durante a aplicação das provas;
 - IV – As providências administrativas adotadas pela banca organizadora e pela universidade diante das irregularidades relatadas;
 - V – As medidas adotadas ou previstas para garantir a lisura, legalidade, isonomia e segurança jurídica do certame.
2. Requer, ainda, que seja encaminhada a este Parlamento cópia integral das atas de aplicação e das atas de ocorrência de todos os locais de prova do município de Uruguaiana, em tempo hábil, para que este Poder Legislativo possa realizar a análise dos



registros e conteúdos consignados, considerando tratar-se de matéria de inegável interesse público.

3. Requer, igualmente, que a Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA avalie e proceda à anulação do concurso público, diante do conjunto de fatos relatados, das irregularidades apontadas pelos candidatos e dos registros formais de ilegalidades ocorridas durante a aplicação das provas, quando constatado o comprometimento da igualdade de condições entre os participantes.
4. Requer, por fim, que a UNIPAMPA aplique, de forma unilateral, as penalidades previstas no contrato firmado com a banca organizadora, especialmente aquelas que tratam do descumprimento contratual por qualquer das partes, resguardando o interesse público e a legalidade do certame.
5. Requer-se, ainda, que seja solicitado o acompanhamento do Ministério Público Federal, a fim de assegurar o respeito aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, isonomia e impessoalidade, bem como a proteção dos direitos dos candidatos.

JUSTIFICATIVA

Os concursos públicos são processos de inegável interesse público, constituindo a forma constitucional de ingresso no serviço público e devendo observar rigorosamente os princípios que regem a Administração Pública.

Diante dos inúmeros relatos e registros formais apresentados por candidatos quanto a possíveis ilegalidades ocorridas durante a aplicação das provas do concurso público da UNIPAMPA no município de Uruguaiana notadamente a impressão de provas no momento da realização do certame, falhas graves na distribuição dos cadernos e inconsistências de conteúdo resta evidente a necessidade de ampla apuração dos fatos.

Compete a este Parlamento, no exercício de sua função fiscalizatória, requerer informações detalhadas, documentos oficiais e providências administrativas sempre que houver indícios de irregularidades em procedimentos que envolvam o interesse coletivo.

A anulação do concurso, quando constatado o comprometimento da lisura e da igualdade entre os candidatos, bem como a aplicação das penalidades contratuais cabíveis à banca organizadora, configuram medidas necessárias para preservar a legalidade, a transparência e a confiança da sociedade nos processos públicos.



Que os documentos solicitados sejam encaminhados em tempo hábil e com clareza de informações.

Uruguaiana, 04 de fevereiro de 2026.

Ver.^a Manoela Couto
Bancada do PDT